

Formação inicial de professores: as licenciaturas interdisciplinares

Resumo

Neste trabalho nos propusemos a pensar sobre uma perspectiva de formação de inicial de professores em nível superior que tem despontado no cenário nacional, as Licenciaturas Interdisciplinares, que podem ser justificadas por diversos fatores de ordem política, econômica, dentre outros. Este estudo apresenta reflexões bibliográficas de uma pesquisa desenvolvida junto a um programa de pós-graduação de uma instituição pública no Rio Grande do Sul. Encontramos muitos estudos sobre as práticas interdisciplinares, a conceituação do que seja a interdisciplinaridade, mas não sobre a proposta de uma formação de professores adotando este princípio. Nos ficam muitas dúvidas: O que sabemos sobre as Licenciaturas Interdisciplinares? Que concepção de formação docente é possível inferir a partir deste estudo? O que estes estudos nos revelarão acerca das Licenciaturas Interdisciplinares e das políticas para formação de professores? Apesar destes questionamentos, temos algumas hipóteses: a formação de professores pelas licenciaturas interdisciplinares pode contribuir para uma mudança paradigmática nesta área; mesmo sem destituir as especialidades, esta formação parece pretender romper limites disciplinares historicamente instituídos

Palavras-chave: Formação de professores – Licenciaturas Interdisciplinares – Educação Superior

Maria das Graças C. da S. M. Gonçalves Pinto
Universidade Federal de Pelotas
profgra@gmail.com

Aline Souza da Luz Gonçalves Pinto
Universidade Federal de Pelotas
alineluz.ufrgs@gmail.com

Introdução

As discussões e pesquisas sobre formação de professores em nível superior não são novas, mas ainda são um desafio, pois implicam compreender e discutir as concepções de formação, as condições de trabalho, a carreira dos professores, sua configuração identitária profissional dentre outros elementos.

Ademais, discutir a formação de professores implica em questões de múltiplas naturezas com enfoques políticos, epistemológicos, culturais e profissionais, constituindo-se assim um processo multifacetado que demanda estudos e pesquisas nestes diversos enfoques.

Sabemos que ao abranger a temática da formação docente de um modo geral, somos remetidos a um grandioso volume de publicações e discussões de autores da área, tanto nacionais como internacionais, tais como: Tardif (2002, 2005), Nóvoa (1995a, 1995b) Alarcão (2001, 2007), Zeichner (1993,2002), Garcia (1995), Pimenta (2002), Veiga (2002), Freire (1983,2000), Diniz-Pereira (2000), Freitas (1999,2007), Sheibe (1999, 2002, 2004), Krahe (2000), Mello (2010).

Para afirmar que a Formação de Professores se constitui campo de estudos, recorreremos ao estudo de André (2010) baseado em Marcelo Garcia (1999). Segundo a autora, Marcelo propõe cinco critérios para atestar a delimitação do campo de formação de professores, que são:

(...) existência de um objeto próprio, uso de metodologia específica, uma comunidade de cientistas que define um código de comunicação próprio e integração entre os participantes no desenvolvimento da pesquisa e reconhecimento da formação de professores como um elemento fundamental na qualidade da ação educativa. (MARCELO, 1999, p. 24-26 apud ANDRÉ, 2010, p.175).

Ademais, pesquisas sobre este campo de estudos “Formação de professores” tornam-se importante, pois segundo André (2010) seus resultados contribuem como subsídios para formulação de políticas públicas, além de aferir reconhecimento à formação de professores como elemento fundamental para uma escola pública de qualidade.

Com relação às Licenciaturas interdisciplinares, foco do presente estudo, observamos uma incidência pequena de investigações, provavelmente pela recente implementação desta modalidade de formação de professores. Buscando contribuir com as discussões, objetivamos apresentar alguns elementos teóricos que permeiam a constituição e implementação das referidas Licenciaturas. Salientamos que este estudo apresenta reflexões bibliográficas de uma pesquisa desenvolvida junto a um programa de pós-graduação de uma instituição pública no Rio Grande do Sul.

2 – As Licenciaturas em um contexto interdisciplinar: mudanças e perspectivas

Recentemente tivemos a aprovação das novas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 04/2010 - DCNEB, Parecer CNE/CEB nº 07/2010 e, mais recentemente para o Ensino Médio, a Resolução CNE/CEB nº 02/2012 – DCNEM e, o Parecer CNE/CEB nº 05/2011. Estes documentos normativos trazem em seu texto um novo panorama para a Educação Nacional, preconizando a necessidade de um ensino interdisciplinar, conforme podemos observar, nas DCNEM:

Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:

- I - Linguagens;
- II - Matemática;
- III - Ciências da Natureza;
- IV - Ciências Humanas.

§ 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos. (BRASIL, 2012, pág. 2-3)

Aparece também a necessidade de um ensino interdisciplinar nas DCNEB:

Art 13º (...) § 3º(...) III – escolha da abordagem didático-pedagógica disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar pela escola, que oriente o projeto político-pedagógico e resulte de pacto estabelecido entre os profissionais da escola, conselhos escolares e comunidade, subsidiando a organização da matriz curricular, a definição de eixos temáticos e a constituição de redes de aprendizagem; (BRASIL, 2010, s/p)

Como podemos observar as políticas públicas que implicam em reformas curriculares para educação básica apontam para a interdisciplinaridade.

A partir destas novas orientações que regem a educação nacional, observamos um movimento no sentido de repensar a formação de professores, conforme nos sinaliza Ilma Passos Alencastro Veiga (2010) em sua obra intitulada: “A escola mudou. Que mude a formação de professores!”.

Todo esse contexto parece indicar que a proposição de um novo modelo de escola, provocada pela implementação das atuais políticas educacionais para as escolas públicas de Educação Básica, pode estar contribuindo de maneira relevante para necessidade de repensar a formação inicial de professores.

Demarcamos inclusive a orientação que o próprio documento apresenta:

Art 2º Estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm por objetivos:
inciso III - orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (Brasil, 2010,s/p)

Assim pensamos nas Licenciaturas Interdisciplinares como uma nova perspectiva de formação de professores, à luz das novas diretrizes para Educação Básica e Ensino Médio, bem como os novos contextos da educação nacional.

Embora tenhamos ressaltado o aspecto da interdisciplinaridade na legislação da Educação Básica, esta orientação para os currículos não é recente.

Se observarmos as legislações anteriores¹ percebemos uma orientação para que a escola se organize de forma a contemplar a interdisciplinaridade, na organização do seu currículo, em sua metodologia. Basta lembrarmos também dos Parâmetros Curriculares Nacionais² - PCNs.

1 Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998; Parecer CNE/CEB nº 4, de 29 de janeiro de 1998;

2 Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs não fossem documentos normativos e sim orientadores para a Educação Básica, causaram impacto na organização das escolas por apresentar a interdisciplinaridade e áreas do conhecimento.

A professora Ivani Fazenda, grande estudiosa da temática no Brasil e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Interdisciplinaridade, nos afirma que investiga a temática há 30 anos, “Fecunda produção teórica, porém difícil de ser implementada, porque infelizmente o rito das cabeças deformadas pelo acúmulo de conteúdos ainda impera” (FAZENDA, 2006, p. 9)

Ocorre que estas pesquisas procuram investigar principalmente as práticas realizadas pelos professores bem como a concepção adotada por estes do que seja a interdisciplinaridade.

Ao desenvolver nossos estudos buscando acrescentar dados à construção de uma teoria da Interdisciplinaridade na Educação investigamos sistematicamente o cotidiano de professores do ensino fundamental, médio e superior. (FAZENDA e FERREIRA, 2013, p18)

Garcia (2006) já nos chamava a atenção para o fato de constar na literatura muitos estudos sobre o conceito da interdisciplinaridade e poucos dando visibilidade às práticas realizadas.

Neste mesmo artigo ele vai chamar de “práticas invisíveis”, as práticas interdisciplinares que estão presentes nas escolas, mas que não tem visibilidade. E chama também de “práticas invisíveis”, o que não acontece na escola acerca da interdisciplinaridade. Devido aos inúmeros estudos, pesquisas, publicações sobre a interdisciplinaridade, esta deveria estar muito mais presente nas escolas, o que infelizmente não ocorre.

Diante do contexto apresentado, vale refletir: Já temos um acúmulo de produção sobre interdisciplinaridade, já temos uma legislação que orienta a ação da escola de Educação Básica para um ensino interdisciplinar, por que efetivamente ainda se vê pouco da interdisciplinaridade na escola?

Podemos arrazoar que ainda não estamos pensando na formação deste professor que atua na escola. Será que podemos requerer mais práticas interdisciplinares na escola se o professor não recebe esta formação? Será que os cursos de formação disciplinar conseguirão formar para uma perspectiva interdisciplinar? (GARCIA, 2006).

É este o viés que buscamos discutir neste estudo. Não aprofundaremos as discussões no sentido de problematizar o conceito da interdisciplinaridade. Ressaltamos que nossa intenção neste estudo é demarcar a lacuna de estudos e pesquisas na sobre a formação interdisciplinar do professor, ou seja, sobre o processo de formação e não a prática pedagógica desenvolvida.

3- Sobre a interdisciplinaridade na formação de professores

Conforme procuramos apresentar anteriormente, os estudos e pesquisas sobre a temática interdisciplinar não são recentes e, concentram-se principalmente nos estudos das práticas interdisciplinares dos professores e na definição de um conceito.

A discussão sobre a interdisciplinaridade na formação de professores de nível superior, também não é recente sendo observado um adensamento nestes estudos partir dos anos 2000.

Nosso entendimento é de que a partir da aprovação da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica³, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, houve um aumento no surgimento de cursos que pautam sua organização a partir da interdisciplinaridade.

Ademais, também tivemos reformulações nas políticas de Educação Superior. No Brasil, a aprovação da LDB nº 9.694/96, que revogou a antiga lei nº 5.540/68, (e também a Lei 5692/71) apresenta uma nova configuração para a Educação Superior do país.

Atualmente, percebemos uma ênfase nesta reconfiguração quando o decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, implanta o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Este programa, dentre suas ações, apresenta uma significativa vinculação de recursos às propostas de renovação acadêmica: “As universidades devem exercer sua autonomia institucional para propor cursos novos,

³ Antecedida pelo Parecer CNE/CP 09/2001. Estes documentos normativos trazem em seu texto a orientação para a organização da matriz curricular do curso a partir da dimensão da interdisciplinaridade, dentre outras.

flexibilidade curricular, caminhos de formação adaptados a cada realidade local” (BRASIL, 2007, p.22).

Outro marco importante para a Educação Superior no país é a proposta da Universidade Nova, gestada por Naomar de Almeida Filho na Universidade Federal da Bahia (UFBA), depois estendida para Universidade Federal do ABC (UFABC). Esta proposta de universidade marca a formação para interdisciplinaridade.

Podemos observar a partir dos apontamentos acima que a normatização referente à formação de professores em nível superior⁴, tem fomentado a criação ou reformulação dos cursos pautados pela flexibilização curricular e pela interdisciplinaridade.

Assim encontramos na literatura estudos de cursos de formação de professores em nível superior – principalmente cursos de Pedagogia e Educação no Campo -, que se organizam a partir de eixos ou temas interdisciplinares.

Percebemos então a quase inexistência da perspectiva interdisciplinar na Educação Superior, em cursos de licenciaturas por áreas de conhecimento.

Novamente encontramos uma limitação dos estudos e das pesquisas e defendemos ser necessário demarcar essa lacuna sobre o processo de formação interdisciplinar nas demais licenciaturas.

4 – As Licenciaturas Interdisciplinares

Diante do contexto exposto até o momento, gostaríamos então de nos debruçarmos brevemente sobre os cursos de formação inicial de professores caracterizados como Licenciaturas Interdisciplinares.

Podemos dizer que as Licenciaturas Interdisciplinares são cursos de formação em nível superior para professores que podem ser organizadas por áreas do conhecimento, por temas ou eixos temáticos.

São cursos muito recentes e por isso não possuem normatização. Por este motivo, foi criado pelo MEC, juntamente com o Colégio de Pró-Reitores de Graduação das IFES

⁴ Em nosso entendimento implica verificar também o que se tem apontando para a Educação Superior.

(COGRAD), um grupo de trabalho (GT) responsável pela discussão e elaboração de referenciais orientadores para as Licenciaturas Interdisciplinares, Interculturais e Similares – Lis.

As Licenciaturas Interdisciplinares constituem atualmente uma nova perspectiva para a formação de professores da Educação Básica, tanto que muitas universidades federais estão oferecendo cursos de licenciaturas nessa nova arquitetura curricular.

Cursos de Lis em desenvolvimento no país:

- Universidade Federal do Maranhão
- Universidade Federal de Roraima
- Universidade Federal do Mato Grosso
- Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri
- Universidade Federal de Juiz de Fora
- Universidade Federal do ABC (em projeto)
- Universidade Federal do Oeste do Pará
- UNILAB (em projeto)
- Universidade Federal da Bahia
- Universidade Federal do Pampa
- Universidade Federal do Paraná
- Universidade Federal da Integração Latino-americana
- Universidade Federal da Fronteira Sul
- E outras.

Como cursos de formação de professores, é necessário considerar as normativas legais, Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (DCNFPEB) e o Parecer CNE/CP nº 09/2001, pois são documentos que normatizam a formação docente no país, requerendo

obrigatoriedade de seu cumprimento. Na referida resolução, em seu artigo 14 encontramos a orientação:

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional. (BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP 1, 2002, p. 6)

As atuais propostas curriculares nacionais para formação de professores evidenciam a preocupação com a flexibilização e, em especial, a interdisciplinaridade. Conforme análise de Krahe (2000), as outras reformas educacionais, ou seja, período até 1990 privilegiavam um ensino baseado na racionalidade técnica, voltado basicamente ao ensino de métodos e técnicas de ensino nos cursos de formação de professores.

Ao tentar compreender como se constitui as Licenciaturas Interdisciplinares é necessário buscar compreender o contexto no qual estão inseridas. Para isso entendemos como necessário a análise do contexto global e o contexto nacional em que foram e têm sido produzidas as Licenciaturas Interdisciplinares, bem como compreender as decisões e ações em torno da produção desta perspectiva de formação.

Torna-se necessário mapear o contexto sócio histórico em que se encontram. Preliminarmente, é possível afirmar que o momento real no qual as Licenciaturas Interdisciplinares se encontram é um período particular do capitalismo, que busca novos modelos de acumulação, centrando suas ações na redefinição das políticas mundiais, em todas as áreas. É um contexto que sofreu e ainda sofre com as implicações de um novo modelo de acumulação do capital, traçadas já no séc. XX.

As discussões acerca das políticas de formação de professores conduzem ao entendimento de que tais políticas são balizadas pelas estratégias econômicas de ordem neoliberal. Por sentirmos em nossa sociedade atual as implicações e influência das estratégias econômicas adotadas ao longo do séc. XX considera-se relevante analisar tal momento histórico, destacando, deste período, as políticas educacionais e priorizando,

como base desta discussão, as políticas de formação de professores. Interessa destacar a importância de se compreender a natureza e o sentido que este processo assume, na tentativa de explicitar os fundamentos orientadores das propostas oficiais de formação docente.

Destas discussões Gentili afirma: (1996, p.16):

A possibilidade de conhecer e reconhecer a lógica discursiva do neoliberalismo obviamente não é suficiente para frear a força persuasiva de sua retórica. No entanto pode ajudar-nos a desenvolver mais e melhores estratégias de luta contra as intensas dinâmicas de exclusão social promovida por tais políticas.

Parte-se do final do século XX, a fim de explicitar como é possível, na atual sociedade, perceber as implicações e influências das estratégias econômicas adotadas naquele período, pois conforme afirma Peroni:

Os anos de 1990 ficaram marcados, para os países da América Latina, como aqueles em que se aprofundou o processo de inserção no mercado globalizado e pela aplicação das políticas neoliberais (2003, p.11).

As discussões deste período particular do capitalismo centram-se na redefinição das políticas mundiais – que busca novos modelos de acumulação; redefinição do papel do Estado, atingindo diretamente os países e suas políticas mais direcionadas para o atendimento da população, e alterações nas políticas públicas de educação. A educação, nesse novo modelo, é entendida como importante ferramenta para o desenvolvimento, sendo destacado o papel da escolarização básica e a formação dos professores que atuam nesse nível.

Inicialmente, é importante registrar que os estudos apontam que em nenhuma outra época se presenciou um contingente de reformas educacionais desta ordem, não só no Brasil, mas também nos demais países da América Latina. Também não se pode afirmar que este foi um processo limitado a uma determinada época, década de 1990, pois ainda hoje vivenciamos um contexto reformista.

Buscamos em autores como Oliveira (2003); Maúes (2003) Tommasi (1996), Shiroma, Moraes, Evangelista (2004), Gentili, Silva (1994,1996), a constatação de que as

reformas educacionais efetivadas no Brasil, desde os anos de 1990 até os dias atuais, procuraram traduzir as demandas postas pela lógica do capital e pela ideologia neoliberal, exigindo maior eficiência e produtividade dos trabalhadores a fim de que eles se adaptem mais facilmente às exigências do mercado.

Considerando a análise exposta, é possível afirmar que existe uma relação direta entre a globalização da economia, a necessidade de regulação do Estado, a reforma na educação e políticas de valorização e formação docente⁵.

Podemos pensar nas Licenciaturas Interdisciplinares como uma forma de atender a esta demanda de flexibilização e produtividade, na medida em que habita o professor egresso deste curso a atuar numa área do conhecimento, por exemplo, Ciências da Natureza e trabalhar com química, física e biologia.

5 - Apontamentos finais

Ao nos propormos discutir a formação inicial dos professores, olhando para as Licenciaturas Interdisciplinares, sabíamos que estávamos adentrando numa área muito incipiente e que encontraríamos muito mais dúvidas e questionamentos a certezas e respostas.

Pensar a formação interdisciplinar do professor é um desafio, pois requer analisar os elementos que produzem esta formação enquanto ela ainda está sendo implementada. Encontramos muitos estudos sobre as práticas interdisciplinares e sobre a conceituação do que seja a interdisciplinaridade, mas não a proposta de uma formação de professores adotando este princípio.

As Licenciaturas Interdisciplinares podem ter sido produzidas pelos impactos das novas normatizações da Educação Básica nos cursos de formação de professores; podem

⁵ Queremos demarcar que as Licenciaturas Interdisciplinares são cursos de formação de professores em nível superior, e, como tal, devemos considerar os novos delineamentos que surgem a partir da 1ª Conferência Mundial para Educação Superior. À luz desta Conferência, em 1999, temos a Declaração do Processo de Bolonha, que embora se direcione para os países da Europa, estudos demonstram a implicação desta política em outros países, reconfigurando as políticas da Educação Superior e da Pós-Graduação. (DIAS SOBRINHO, 2005; LIMA, AZEVEDO, CATANI, 2008; MORAES, 2006; MORGADO, 2006; WIELEWICKI, OLIVEIRA, 2010).

ter sido produzidas pelos impactos da reconfiguração da Educação Superior, e daí podemos pensar a partir da aprovação da LDB nº 9.694/96, REUNI, impactos da Declaração do Processo de Bolonha.

Ainda podemos pensar que as Licenciaturas Interdisciplinares podem ter sido produzidas pelos impactos do contexto socioeconômico, que impele à Educação, principalmente a Educação Superior a formação de trabalhadores que se adaptem à ordem econômica vigente.

Nos ficam mais dúvidas que certezas: O que sabemos sobre as Licenciaturas Interdisciplinares? O que podemos mapear sobre esta perspectiva de formação de professores? Que concepção de formação docente é possível inferir a partir deste estudo? O que estes estudos nos revelarão acerca das Licenciaturas Interdisciplinares e das políticas para formação de professores?

Apesar destes questionamentos, temos algumas hipóteses: a formação de professores pelas licenciaturas interdisciplinares pode contribuir para uma mudança paradigmática nesta área; mesmo sem destituir as especialidades, esta formação parece pretender romper limites disciplinares historicamente instituídos; as LIS demandarão não só a criação novos cursos, mas também de “novos professores”.

A formação dos educadores, ao mesmo tempo em que é uma possibilidade de efetivação da interdisciplinaridade, é um desafio para sua concretização, pois há necessidade de revisitar os cursos de formação destes profissionais. Para tanto, a aproximação com as Universidades com é uma necessidade constante e vemos que há um longo percurso a ser feito.

6 – Referências

- ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação, v.33, n. 3, p.174-181, set/dez, 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/ CEB 04, de 13 de julho de 2010.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/ CEB 02, de 30 de janeiro de 2012.
- _____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CP 9, de 08 de maio de 2001.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002.
- _____. Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2007.
- DIAS SOBRINHO, José. Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento? Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005.
- FAZENDA, Ivani C. A. O que é Interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia? 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. et al. (Org.). Práticas Interdisciplinares na escola. 3ª edição São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 15ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- _____. (org.) Interdisciplinaridade na formação de professores. Canoas: Ed. Ulbra, 2006.

_____. FERREIRA, Rosa Silveira. Formação de docentes interdisciplinares. Curitiba, PR: CRV, 2013.

GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de professores: para uma mudança educativa. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999. (Coleção Ciências da Educação)

GARCIA, Joe. As práticas invisíveis de interdisciplinaridade. IN: FAZENDA, Ivani (org.) Interdisciplinaridade na formação de professores. Canoas: Ed. Ulbra, 2006, p. 59-68.

GENTILI, P; SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo, qualidade total e educação – visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

KRAHE, Elizabeth Diefenthaler. As reformas na estrutura curricular de licenciaturas na década de 90: um estudo de caso comparativo: UFRGS (Brasil) e UMCE (Chile). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LIMA, Licínio c. AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. Revista Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n.1, p.7-36, mar. 2008.

MAÚES, Olgaíses C. Reformas Internacionais da educação e formação de professores. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 89-117, mar 2003.

MELLO, Elena Maria Billig. A política de valorização e de profissionalização dos professores da educação básica do Estado do Rio Grande do Sul (1995-2006): convergências e divergências. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MORAES, Maria Célia M. O processo de Bolonha vis a vis a globalização de um modelo de Ensino Superior. Perspectiva. [online], Florianópolis. Vol. 24, n.1, pp. 187-203, jan/jun 2006.

MORGADO, José C.. Globalização e (re) organização do ensino superior: perplexidade e desafios. Perspectiva. [online], Florianópolis. Vol. 24, n.1, pp. 205-228, jan/jun. 2006.

NÓVOA, Antônio (org.). Profissão Professor. 2ª ed. Porto: Porto, 1995a.

_____. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995b.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs.) Professor Reflexivo-gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

PERONI, V. M. V. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. [et al.] (orgs). Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PEREIRA, Júlio E. Diniz. Formação de professores – pesquisa, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: Vicissitudes e perspectivas. In: VEIGA, Ilma Passos A.; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.) Formação de professores: Políticas e Debates. Campinas: Papirus, p. 47-64, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva. Florianópolis, v.23, n.02, p. 427-446, jul./dez.,2005.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____; LESSARD, Claude. Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

TOMMASI, L.D. [et al.] (orgs). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

VIEIRA, Sofia Lerche. Políticas de formação em cenários de reforma. In: VEIGA, Ilma Passos de A.; AMARAL, Ana Lúcia (orgs.) Formação de professores: Políticas e debates. Campinas: Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos de A. Professor: Tecnólogo ou agente social? In: VEIGA, Ilma Passos A.; AMARAL, Ana Lúcia (orgs) Formação de professores: Políticas e Debates. Campinas: Papyrus, p. 65- 93, 2002

_____; SILVA, Edileuza Fernandes da Silva (orgs.). A escola mudou. Que mude a formação de professores! 1ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy. OLIVEIRA, Marlize Rubin. Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha. Ensaio: aval.pol.públ.Educ.[online]. vol.18, n.67, pp. 215-234, 2010.